



PREFEITURA DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE PROCURADORIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a tira.

Frank & Ernest - Bob Thaves



(Bob Thaves, "Frank & Ernest". Em: <https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos>. 15.09.2025.)

Na fala do consultor financeiro, a expressão "ir mais longe" está empregada em sentido

- (A) figurado, remetendo à ideia de local distante.
- (B) próprio, remetendo à ideia de bom rendimento.
- (C) figurado, remetendo à ideia de lucro maior.
- (D) próprio, remetendo à ideia de lugar seguro.
- (E) figurado, remetendo à ideia de renda débil.

Leia o texto para responder às questões de **02 a 10**.

A reprodução da desigualdade

De tão persistentes, nossos dilemas sociais, econômicos e políticos não mais enternecem parte dos brasileiros, conformada com situações que, embora anormais, passou a considerar naturais. Mas certas questões deveriam nos comover.

Coautor, com Fillipi Nascimento, do livro *A Loteria do Nascimento*, o economista e pesquisador do Insper Michael França concluiu que, ao contrário da ideia predominante de que as desigualdades resultam basicamente de um sistema educacional de baixa qualidade, as condições de nascimento afetam mais a vida das pessoas.

Educação de qualidade é essencial para melhorar a vida das pessoas e para o avanço de uma sociedade. E sua carência estimula a perpetuação de graves problemas. Mas a desigualdade social (e sua reprodução ao longo do tempo) decorre também de fatores como o apontado no estudo do pesquisador do Insper. Estrutura familiar, herança, rede de contatos e formação em instituições renomadas favorecem a carreira profissional de uma parte das pessoas. Já os filhos de famílias mais pobres enfrentam desvantagens na carreira, como falta de condições financeiras para recusar emprego ruim, escassez de contatos e referências no mercado de trabalho ou impossibilidade de investir em educação e treinamento adicionais.

Tão acostumados nos tornamos com a histórica concentração de renda que nem percebemos como esse processo se estendeu e se consolidou. Quanto mais rico, mais cresce a riqueza. Num país que detém alguns dos piores índices mundiais de distribuição de renda, talvez soe como irônica perversidade o fato de que também na exclusiva faixa do 1% mais rico a riqueza se concentra.

Há uma característica da renda dos mais ricos que a torna menos sujeita à tributação que incide sobre o rendimento dos demais brasileiros, o que remete à injustiça tributária. A renda da maioria dos contribuintes é fruto do trabalho e tributada no momento do pagamento. Nas faixas de rendimento mais altas, há muitos profissionais liberais que recorrem à criação de empresas sobre as quais a tributação é menor. E boa parte dos rendimentos é decorrente de lucros e dividendos, igualmente sujeitos à tributação menos onerosa.

Estatísticas recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) deixam uma advertência para os brasileiros: com a lenta evolução de sua renda *per capita*, o País está se aproximando da metade mais pobre do mundo. Estamos empobrecendo em relação ao resto do mundo e tendo a renda mais concentrada. É uma combinação inquietante.

(Jorge J. Okubaró. Em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 26.08.2025. Adaptado)

02. Tomando como referência a obra de Fillipi Nascimento e Michael França, o autor argumenta que

- (A) as condições de vida dos filhos normalmente são favoráveis à ascensão social deles quando lhes são impostos desafios.
- (B) a aproximação do Brasil com a metade mais pobre do mundo é decorrência da falta de concentração de renda.
- (C) as desigualdades, como sempre se teve conhecimento, resultam basicamente de um sistema educacional de baixa qualidade.
- (D) as desigualdades sociais persistem no Brasil e decorrem, significativamente, das condições de nascimento das pessoas.
- (E) o descaso dos jovens pelo ensino impacta mais as desigualdades sociais do que o nascimento em uma família pobre.

03. Ao discutir a tributação de renda no Brasil, o texto deixa claro que

- (A) aqueles que têm rendimentos mais altos recorrem a determinados expedientes que lhes permitem pagar menos impostos.
- (B) as pessoas que optam pelas profissões liberais, se pertencem às classes mais altas, sofrem com o pagamento de altos impostos.
- (C) a legislação impede a injustiça tributária, uma vez que todos os profissionais têm sobre seus rendimentos o mesmo tipo de imposto.
- (D) as classes menos favorecidas acabam tendo vantagens, pois sobre seus rendimentos raramente incidem impostos.
- (E) a justiça tributária vem sendo perseguida, já que os profissionais, de todas as classes sociais, estão pagando menos impostos.

04. Sem prejuízo de sentido ao texto, os termos destacados em “De tão **persistentes**, nossos dilemas sociais, econômicos e políticos não mais **enternecem** parte dos brasileiros, conformada com situações que, **embora** anormais, passou a considerar naturais. **Mas** certas questões deveriam nos comover.” (1º parágrafo) podem ser substituídos, respectivamente, por:
- (A) degradantes; tocam; enquanto; Conforme.
 - (B) relevantes; emocionam; sobretudo; Porque.
 - (C) insistentes; amparam; porquanto; Ainda.
 - (D) perseverantes; sensibilizam; mesmo; Entretanto.
 - (E) frequentes; estimulam; portanto; Conquanto.
05. Sem que haja prejuízo ao sentido original, na passagem “Mas a desigualdade social (e sua reprodução ao longo do tempo) **decorre** também de fatores como o apontado no estudo do pesquisador do Insper.” (3º parágrafo), o termo destacado pode ser substituído por:
- (A) aparta-se.
 - (B) sugere.
 - (C) esquiva-se.
 - (D) abdica.
 - (E) advém.
06. Considere as passagens:
- Educação de qualidade é essencial **para** melhorar a vida das pessoas... (3º parágrafo)
 - ... **talvez** soe como irônica perversidade o fato de que **também** na exclusiva faixa do 1% mais rico a riqueza se concentra. (4º parágrafo)
 - E boa parte dos rendimentos é decorrente de lucros e dividendos, **igualmente** sujeitos à tributação menos onerosa. (5º parágrafo)
 - ... **com** a lenta evolução de sua renda *per capita*, o País está se aproximando da metade mais pobre do mundo. (6º parágrafo)
- No contexto em que estão empregados, os termos destacados estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido de:
- (A) conformidade, modo, meio, afirmação, fim.
 - (B) finalidade, dúvida, inclusão, modo, causa.
 - (C) causa, conformidade, oposição, meio, modo.
 - (D) finalidade, modo, inclusão, afirmação, causa.
 - (E) conformidade, dúvida, inclusão, modo, modo.
07. A colocação pronominal está em conformidade com a norma-padrão em:
- (A) Nossos dilemas sociais, econômicos e políticos são tão persistentes que parte dos brasileiros não mais enternecem-se com eles.
 - (B) Com a lenta evolução de sua renda *per capita*, o País agora aproxima-se da metade mais pobre do mundo. É uma situação inquietante.
 - (C) Uma característica da renda dos mais ricos torna-a menos sujeita à tributação que incide sobre o rendimento dos demais brasileiros.
 - (D) Muitos profissionais liberais têm recorrido à criação de empresas por meio das quais esquivarão-se de uma tributação elevada.
 - (E) Nos tornamos tão acostumados com a histórica concentração de renda que nem percebemos como esse processo foi estendido e consolidado.
08. Assinale a alternativa em que o emprego do termo destacado no singular preservaria a conformidade com a norma-padrão.
- (A) De tão **persistentes**, nossos dilemas sociais, econômicos e políticos... (1º parágrafo)
 - (B) ... ou impossibilidade de investir em educação e treinamento **adicionais**. (3º parágrafo)
 - (C) Num país que detém alguns dos **piores** índices mundiais de distribuição de renda... (4º parágrafo)
 - (D) Nas faixas de rendimento mais **altas**, há muitos profissionais liberais... (5º parágrafo)
 - (E) Estatísticas **recentes** do Fundo Monetário Internacional (FMI) deixam uma advertência... (6º parágrafo)

09. A concordância verbal está em conformidade com a norma-padrão em:

- (A) Os mais pobres têm desvantagens na carreira, pois lhes faltam condições financeiras para recusar emprego ruim.
- (B) Como são persistentes, os brasileiros considera os dilemas sociais, econômicos e políticos como naturais, embora anormais.
- (C) É necessária a educação de qualidade para as pessoas, para que hajam menos desigualdades e para que a sociedade avance.
- (D) Perpetua-se graves problemas na sociedade com a carência de uma educação de qualidade para melhorar a vida das pessoas.
- (E) Uma das ideias corrente é que ocorre as desigualdades na sociedade por causa de um sistema educacional de baixa qualidade.

10. Considere as frases:

- Há uma ideia predominante de que as desigualdades existem basicamente devido _____ sistema educacional de baixa qualidade.
- Educação de qualidade é essencial para proporcionar melhores condições de vida _____ pessoas e para o avanço de uma sociedade.
- Tão habituados nos tornamos _____ histórica concentração de renda que nem percebemos como esse processo se estendeu e se consolidou.
- Estatísticas recentes do Fundo Monetário Internacional deixam um aviso _____ população: com a lenta evolução de sua renda *per capita*, o País está se aproximando da metade mais pobre do mundo.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a um ... as ... à ... à
- (B) um ... à ... com a ... a
- (C) à um ... às ... pela ... a
- (D) um ... as ... com a ... à
- (E) a um ... às ... à ... à

11. Três funcionários de uma empresa foram destacados para realizar parte de um trabalho. Eles realizaram, respectivamente, $\frac{2}{15}$, $\frac{3}{10}$ e $\frac{1}{6}$ do total do trabalho, e a

parte restante foi dividida igualmente entre dois funcionários.

Dessa forma, coube a cada um dos dois últimos funcionários realizar uma fração total do trabalho igual a:

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{1}{4}$
- (C) $\frac{1}{5}$
- (D) $\frac{1}{6}$
- (E) $\frac{1}{8}$

12. Uma metalúrgica produziu X peças de um determinado produto, que pode ser embalado em caixas com capacidade de 10 ou 12 ou 15 dessas peças.

Todas essas X peças foram embaladas em caixas de mesma capacidade e totalmente preenchidas. Se tivessem sido utilizadas caixas com capacidade de 10 peças, teriam sobrado 8; se tivessem sido utilizadas caixas com 15 peças, teriam sobrado 3. Decidiu-se, portanto, utilizar as caixas com capacidade de 12 peças, e não sobrou peça alguma fora das caixas.

Sabendo que X é um número maior do que 300 e menor do que 400, é correto afirmar que o número de caixas que foram utilizadas é

- (A) 32.
- (B) 31.
- (C) 30.
- (D) 29.
- (E) 28.

13. Em certo período de volatilidade na bolsa de valores, o valor de venda inicial de uma ação caiu 60% em um determinado dia, e repetiu o mesmo percentual de queda no dia seguinte. No terceiro dia, o valor de venda dessa ação subiu 400%.

Após essa subida, o valor de venda dessa ação, comparado ao valor de venda inicial, ficou

- (A) 64% menor.
- (B) 36% menor.
- (C) 20% menor.
- (D) 80% maior.
- (E) 280% maior.

14. Fernando, Ricardo, Leila e Denise foram ao supermercado, e todos eles compraram uma ou mais unidades dos produtos X, Y e Z, conforme segue:

- Fernando comprou 1 unidade de X, 2 unidades de Y e 1 unidade de Z e pagou R\$ 33,50.
- Ricardo comprou 1 unidade de X, 2 unidades de Y e 3 unidades de Z e pagou R\$ 50,90.
- Leila comprou 1 unidade de X, 5 unidades de Y e 2 unidades de Z e pagou R\$ 60,95.
- Denise comprou 1 unidade de X, 3 unidades de Y e 2 unidades de Z.

Quanto Denise pagou a menos do que o Ricardo?

- (A) R\$ 2,15.
- (B) R\$ 2,45.
- (C) R\$ 2,75.
- (D) R\$ 3,05.
- (E) R\$ 3,25.

15. Um prêmio, em dinheiro, foi repartido desigualmente entre duas pessoas, de modo que, a razão entre o menor valor e o maior valor foi $\frac{2}{3}$. A pessoa que recebeu o menor valor doou, desigualmente, sua parte para seus dois filhos, de modo que, a razão entre o menor valor e o maior valor foi $\frac{3}{5}$.

Em relação ao valor inicial do prêmio, a fração recebida pelo filho que menos recebeu foi

- (A) $\frac{4}{15}$.
- (B) $\frac{6}{25}$.
- (C) $\frac{3}{20}$.
- (D) $\frac{1}{12}$.
- (E) $\frac{4}{9}$.

16. Uma fábrica de peças automotivas aceitou um pedido para produzir 8.280 unidades de uma determinada peça. Durante 4 dias, 3 máquinas iguais, todas com a mesma produção por hora, funcionando 6 horas por dia, produziram 3.240 dessas peças.

Para os dias seguintes, apenas 2 dessas máquinas, com a mesma produção por hora dos dias anteriores, estariam disponíveis e poderiam funcionar 8 horas por dia.

No total, o pedido foi produzido com um número de dias trabalhados igual a

- (A) 7.
- (B) 8.
- (C) 9.
- (D) 10.
- (E) 11.

17. Quatro atletas de corridas longas treinam na mesma pista. O tempo que cada um dos atletas gasta para dar uma volta é:

Jane: 4 minutos; Luciana: 5 minutos; Marcos: 2 minutos e Nelson: 3 minutos.

Em um certo dia, os quatro atletas partem ao mesmo tempo e do mesmo lugar e realizam um treinamento de 2 horas e 1 minuto.

Após o início do treinamento, foram X vezes que apenas Jane e Luciana coincidiram e cruzaram a linha de partida ao mesmo tempo e foram Y vezes que apenas Marcos e Nelson coincidiram e cruzaram a linha de partida ao mesmo tempo.

É correto afirmar que $X + Y$ é igual a

- (A) 18.
(B) 20.
(C) 22.
(D) 24.
(E) 26.
18. O gerente dos vendedores de uma loja quer construir um gráfico de setores circulares que represente a quantidade de vendas dos cinco vendedores da loja, no mês anterior. A quantidade de vendas de cada vendedor foi: 160, 163, 169, 188 e 220.
- Construído corretamente o gráfico, pode-se afirmar como verdadeiro que a medida do ângulo do setor que representa a maior quantidade de vendas supera a medida do ângulo do setor que representa a menor quantidade de vendas em
- (A) 60° .
(B) 48° .
(C) 36° .
(D) 24° .
(E) 12° .
19. O relatório das horas trabalhadas por um funcionário avulso, na semana passada, foi o seguinte:

2ª feira: 4 horas e 25 minutos.

3ª feira: 3 horas e 40 minutos.

4ª feira: 5 horas e 20 minutos.

5ª feira: 2 horas e 50 minutos.

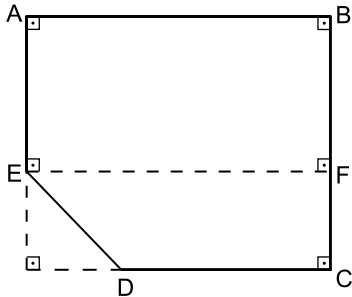
6ª feira: 7 horas e 35 minutos.

Esse funcionário trabalhou mais um dia, o sábado, cumprindo seis dias trabalhados, com uma média diária de 5 horas trabalhadas.

No referido sábado, o funcionário trabalhou, exatamente,

- (A) 5 horas e 55 minutos.
(B) 6 horas e 10 minutos.
(C) 6 horas e 25 minutos.
(D) 6 horas e 50 minutos.
(E) 7 horas e 05 minutos.

20. A figura a seguir, construída fora de escala, representa um terreno por meio do polígono ABCDE. Algumas medidas são conhecidas: AE = 50 m; BC = 90 m; CD = 120 m; DE = 50 m.



Com essas informações, é correto afirmar que a área representada pelo polígono CDEF é menor do que a área representada pelo polígono ABFE em

- (A) 32%.
- (B) 30%.
- (C) 28%.
- (D) 26%.
- (E) 24%.

R A S C U N H O

21. Na Área de Trabalho do MS-Windows 11, em sua configuração padrão, um usuário possui o seguinte arquivo:

file.exe

Então, o usuário selecionou o arquivo file.exe e pressionou F2. A ação resultante é

- (A) o arquivo ser apagado e enviado para a Lixeira.
- (B) o arquivo ser apagado definitivamente, sem ir para a Lixeira.
- (C) abrir a janela de propriedades do arquivo.
- (D) o arquivo estar pronto para ser renomeado.
- (E) executar o arquivo file.exe como programa executável.

22. Em um documento de texto do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, contendo as páginas de 1 a 9, um usuário entrou nas opções de Impressão, escolheu imprimir apenas as páginas pares e, no campo páginas, preencheu o seguinte:

1;1-3;7-9

O número de páginas impressas será

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

23. A planilha a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B
1	1	2
2	-4	6
3	-5	1
4	-3	5
5	5	3
6	7	2
7	1	2
8		

Assinale a alternativa que apresenta o valor retornado pela fórmula a seguir, após esta ser inserida na célula A8:

=SE(MÉDIA(A2:B4);B1-1;MENOR(A5:B7;3)+1)

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

24. Um usuário iniciou uma nova apresentação por meio do MS-PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, escolheu o *layout* em branco e executou as seguintes operações, nessa ordem:

1. Inseriu uma Forma, do tipo Retângulo, dentro do slide.
2. Inseriu mais uma forma, do tipo Círculo, dentro do slide, à direita do Retângulo.
3. Inseriu mais uma forma, do tipo Triângulo, também dentro do slide, à direita do Círculo.
4. Em cada uma das formas, adicionou uma animação.
5. Pressionou F5 para iniciar o Modo de Apresentação e apenas o Círculo e o Triângulo são visíveis.
6. Pressionou Enter: as 3 formas ficaram visíveis.
7. Pressionou Enter: apenas o Retângulo e o Triângulo são visíveis.
8. Pressionou Enter: apenas o Retângulo e o Triângulo são visíveis, mas agora o Triângulo mudou de cor no mesmo lugar.
9. Pressionou Enter: apresentação encerrada.

Após todas as ações descritas serem executadas, pode-se afirmar, corretamente, que as animações das formas Retângulo, Círculo e Triângulo são, respectivamente,

- (A) de entrada; ênfase; de entrada.
- (B) de saída; de trajetória; de entrada.
- (C) de saída; de entrada; ênfase.
- (D) de entrada; de saída; de trajetória.
- (E) de entrada; de saída; ênfase.

25. Um usuário recebeu um e-mail por intermédio do Gmail.com, em sua configuração padrão, e aproveitando a integração com o serviço de Agenda, na própria tela do e-mail criou um evento acionando o botão _____ e, em seguida, escolhendo a opção _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) Mais ... Criar evento
- (B) Evento ... Criar novo
- (C) Mais ... Novo evento
- (D) Novo ... Evento
- (E) Novo... Agenda

26. A respeito do controle difuso de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Em função da presunção de constitucionalidade das leis, o magistrado só pode reconhecer a invalidade de uma norma caso provocado pelas partes ou pelo Ministério Público.
- (B) A cláusula de reserva de plenário se aplica para a declaração da constitucionalidade ou inconstitucionalidade de norma quando a questão for suscitada perante Tribunal.
- (C) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que afaste a incidência de lei, no todo ou em parte, ainda que não declare expressamente a sua inconstitucionalidade.
- (D) A cláusula de reserva de plenário, por estar prevista na Constituição Federal, deve ser observada pelos Tribunais de segundo grau, ainda que haja decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.
- (E) A inconstitucionalidade de lei, segundo súmula do Supremo Tribunal Federal, pode ser reconhecida em sede de mandado de segurança, de forma difusa e concentrada.

27. A Câmara Municipal concedeu, por lei de iniciativa parlamentar, gratificação a categoria específica de servidores públicos vinculados ao Poder Executivo. Após a sanção tácita da proposição legislativa, o prefeito avalia não cumprir a lei, por entender que há vício de iniciativa, bem como que os impactos financeiros não foram avaliados pelo Poder Legislativo. Para solucionar o problema, o chefe do Poder Executivo convoca procuradores e analistas jurídicos para reunião.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os analistas jurídicos presentes no encontro poderão afirmar corretamente que o prefeito

- (A) deve questionar a lei judicialmente e cumprir o seu conteúdo, enquanto não houver pronunciamento judicial.
- (B) pode editar decreto para suspender os efeitos financeiros da lei, por não ser obrigado a cumprir ato legislativo inconstitucional.
- (C) deve reconhecer a validade da lei, por não haver reserva de iniciativa do Poder Executivo para esse tipo de matéria.
- (D) deve reconhecer a validade da lei, pois o vício de iniciativa da lei foi suprido pela sanção, ainda que tácita.
- (E) pode ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, para que seja reconhecida a invalidade da norma.

28. Considere que, no estado X, os mandados de segurança impetrados em função da prática de atos coatores pelo prefeito sejam de competência originária do Tribunal de Justiça. Em um caso concreto, após o acórdão ter denegado a segurança, a parte impetrante interpôs recurso especial, direcionado ao Superior Tribunal de Justiça.

Aberto prazo para contrarrazões, o analista jurídico responsável pela elaboração da minuta poderá concluir corretamente, com base na Constituição Federal, que o recurso

- (A) está correto.
- (B) cabível era o ordinário.
- (C) cabível era a ação rescisória.
- (D) especial deveria ter sido direcionado ao Supremo Tribunal Federal.
- (E) cabível era o de apelação, direcionado ao Superior Tribunal de Justiça, por ter sido a ação julgada de maneira originária pelo Tribunal de Justiça.

29. A respeito da homologação de aposentadorias, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o Tribunal de Contas

- (A) possui o prazo de 05 (cinco) anos para apreciar a legalidade do ato, a contar da chegada do processo no Tribunal.
- (B) não possui prazo para apreciar a legalidade do ato, pois o ato de homologação de aposentadoria é complexo.
- (C) deve conceder, ao fazer o controle de legalidade sobre o ato, a oportunidade prévia para o interessado se manifestar, em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
- (D) não aprecia legalidade do ato de concessão do benefício, pois a competência homologatória foi suprimida das atribuições das Cortes de Contas.
- (E) deve apreciar a legalidade do ato, inicialmente, até 05 (cinco) anos, sendo que, caso passado esse prazo, decida de maneira desfavorável ao interessado, deve observar o contraditório e a ampla defesa.

30. Uma empresa estatal cujo acionista majoritário é o município e cujas demais ações estão na propriedade de uma empresa estatal integrante da administração indireta do estado, bem como de uma fundação instituída pela União, pode ser corretamente considerada

- (A) sociedade de economia mista.
- (B) empresa pública.
- (C) consórcio público.
- (D) comandita por ações.
- (E) consórcio intergovernamental.

31. O contrato de consórcio público

- (A) será celebrado com a ratificação, mediante decreto do chefe do Poder Executivo, do protocolo de intenções.
- (B) poderá, salvo cláusula impeditiva, ser celebrado por apenas 01 (uma) parcela dos entes da Federação que subscreveram o protocolo de intenções.
- (C) poderá ser ratificado com reserva que, independentemente do aceite dos demais entes subscritores, implicará consorciamento parcial ou condicional.
- (D) dependerá de homologação da assembleia geral do consórcio público se ratificado após 01 (um) ano da subscrição do protocolo de intenções.
- (E) dispensará ratificação para o ente da Federação que, antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinou por lei a sua participação no consórcio público.

32. Acerca do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, disciplinado na Lei nº 13.019/2014, assinale a alternativa correta.

- (A) O Procedimento de Manifestação de Interesse Social somente pode ser iniciado após decorrido o prazo indicado no edital de chamamento público.
- (B) O condicionamento da realização de chamamento público ou da celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social é vedado.
- (C) A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social implicará a execução do chamamento público, que deverá ser concluído em até 60 (sessenta) dias da apresentação da última proposta de parceria apresentada.
- (D) A celebração da parceria poderá ser realizada com dispensa do chamamento público se firmada com o primeiro colocado do Procedimento de Manifestação de Interesse Social.
- (E) A proposição no Procedimento de Manifestação de Interesse Social impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.

33. Tendo em vista a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os concursos públicos, pode-se afirmar corretamente:

- (A) editais de concurso público podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem em locais visíveis no corpo, independentemente da sua dimensão e do seu conteúdo.
- (B) o candidato aprovado em concurso público, mesmo dentro do número de vagas previstas no edital, não possui direito subjetivo à nomeação.
- (C) é vedada a remarcação do teste de aptidão física de candidata aprovada nas provas escritas que esteja grávida à época de sua realização, salvo previsão expressa em edital do concurso público.
- (D) é inconstitucional a regra inserida no edital de concurso público, denominada cláusula de barreira, com o intuito de selecionar apenas os candidatos mais bem classificados para prosseguir no certame.
- (E) sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal.

34. O estado da Federação pretende realizar a construção de uma rodovia e, para tanto, necessita desapropriar uma grande área. Dentro desta, encontra-se um bem dominical de propriedade do município de Paulínia, que concorda com o uso da sua propriedade para a construção da rodovia.

Pode-se afirmar corretamente que o bem público dominical de propriedade do município de Paulínia

- (A) não poderá ser desapropriado, tendo em vista a existência de vedação legal, cabendo ao estado obter a propriedade por meio de compra e venda.
- (B) poderá ser desapropriado, mediante acordo entre estado e município, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes, dispensada autorização legislativa.
- (C) somente poderá ser desapropriado judicialmente desde que mediante autorização legislativa do Estado expropriante e do município expropriado.
- (D) poderá ser desapropriado amigavelmente, desde que mediante autorização legislativa, devendo o acordo prever as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes.
- (E) poderá ser utilizado para a construção da rodovia, sem necessidade de desapropriação ou pagamento de indenização, tendo em vista o princípio do federalismo cooperativo e a competência concorrente para a implantação de infraestrutura de transportes rodoviários.

35. O município X, em razão de oscilação atípica da disponibilidade dos sistemas para emissão de nota fiscal eletrônica de serviços, vem recebendo nos últimos dias muitas reclamações de diversos contribuintes. Preocupado com a possibilidade de repercussão política negativa, bem como de eventual aumento da inadimplência, o secretário de finanças propõe ao prefeito, mediante decreto, a prorrogação do prazo de vencimento do imposto sobre serviços (ISS) cobrado pela Prefeitura, naquele mês específico, justificando-se a medida em razão do caso fortuito decorrente da indisponibilidade dos sistemas.

Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação tributária, que a proposta é

- (A) ilegal, pois a mudança de data de vencimento de tributo afeta o núcleo da regra matriz de incidência tributária e, portanto, deve ser veiculada por lei complementar.
- (B) legal, pois a hipótese de caso fortuito autoriza a modificação, por meio de decreto, de elementos centrais da regra matriz de incidência tributária, como é o caso do prazo de vencimento do tributo municipal.
- (C) inconstitucional, pois a mudança de data de vencimento de tributo afeta o núcleo da regra matriz de incidência tributária e, portanto, não pode ser alterada nem mesmo por lei.
- (D) legal, pois a data de vencimento do tributo não é elemento central da regra matriz de incidência tributária e, assim, está abarcada no poder regulamentar do Poder Executivo municipal.
- (E) ilegal, pois a mudança de data de vencimento de tributo afeta o núcleo da regra matriz de incidência tributária e, portanto, deve ser veiculada por lei ordinária municipal.

36. A sociedade empresária XYZ Comércio e Serviços Ltda., estabelecida no município A, possui um débito de ISS no valor de R\$ 500.000,00, já regularmente constituído em procedimento administrativo fiscal e inscrito em dívida ativa do município. Recentemente, a fiscalização tributária tomou conhecimento de que a XYZ, apesar de notificada para pagamento, iniciou um processo de venda de diversos veículos de sua frota para uma empresa recém-constituída em nome de um dos sócios-administradores, sem que houvesse nenhuma comunicação formal ao Fisco acerca dessas alienações. Além disso, a empresa tem contraído empréstimos vultosos, o que tem comprometido sua liquidez patrimonial, gerando receios de uma iminente situação de insolvência e dificultando a satisfação do crédito tributário. Diante dessa situação, a Procuradoria Municipal avalia a possibilidade de requerer alguma medida judicial.

Com base na legislação nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A medida cautelar fiscal, nesse caso, só poderá ser requerida após o trânsito em julgado de eventual execução fiscal, pois a constituição do crédito tributário é insuficiente para sua instauração.
- (B) A situação descrita, por envolver a alienação de bens sem a devida comunicação e a tentativa de por bens em nome de terceiros, autorizaria o requerimento da medida cautelar fiscal até mesmo de forma independente da prévia constituição do crédito tributário.
- (C) A Procuradoria Nacional não poderá requerer a medida cautelar fiscal, uma vez que a lei exige que a soma dos débitos ultrapasse trinta por cento do patrimônio conhecido do devedor, o que não foi explicitado na situação.
- (D) A medida cautelar fiscal é cabível apenas contra o sujeito passivo de crédito tributário já inscrito em dívida ativa e com execução fiscal ajuizada, não sendo aplicável à hipótese de débitos de ISS que ainda não foram objeto de execução judicial.
- (E) A alienação de bens sem comunicação ao Fisco e a tentativa de pôr bens em nome de terceiros são situações que, isoladamente, não justificam a propositura da medida cautelar fiscal por não estarem previstas na legislação como hipótese para a medida.

37. O estado A pretende realizar uma transferência de recursos no valor de R\$ 10 milhões para o município B, a fim de auxiliá-lo na manutenção de centro de eventos que impulsiona o turismo local, bem como nas despesas de pessoal decorrentes da contratação de servidores públicos para cuidar da programação do centro. Essa iniciativa não possui previsão em lei específica estadual nem decorre de determinação constitucional. O município B, por sua vez, está em dia com a prestação de contas de transferências anteriormente recebidas do estado A, possui dotação orçamentária para a contrapartida exigida e está cumprindo os pisos constitucionais de gastos com educação e saúde. No entanto, uma auditoria recente revelou que o município B não está em dia com o pagamento de alguns tributos estaduais, e a dívida consolidada desse município ultrapassou o limite estabelecido nas resoluções do Senado Federal.

Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa correta.

- (A) A realização de transferências voluntárias entre estados e municípios com a finalidade de pagamento de pessoal ativo do ente receptor do recurso, o que é o caso da situação descrita, é vedada.
- (B) A existência de prévia autorização em lei específica do ente transferidor para a realização de transferências voluntárias correntes, como as que são descritas no enunciado, é exigência legal.
- (C) O enunciado descreve situação de transferência voluntária de capital, circunstância que afasta a proibição, aplicável às demais transferências, de realização na hipótese de superação dos limites previstos para a dívida consolidada líquida municipal.
- (D) O cumprimento dos pisos para gastos com educação e saúde é exigência constitucional e, portanto, deve ser por isso observado, sem qualquer repercussão sobre o tema das transferências voluntárias.
- (E) O atraso no pagamento de tributos estaduais cobrados pelo estado A não obsta o recebimento de transferências voluntárias pelo município B se a dívida for inferior ao valor da transferência proposta.

38. Conforme entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar sobre o controle externo exercido com auxílio dos tribunais de contas que

- (A) não há distinção entre as chamadas contas de governo e contas de gestão, cabendo o julgamento de ambas à Câmara de Vereadores em caráter definitivo.
- (B) o parecer prévio dos tribunais de contas sobre as chamadas contas de governo é vinculante, produzindo por si só a inexigibilidade do agente público.
- (C) não há distinção entre as chamadas contas de governo e contas de gestão, cabendo o julgamento de ambas ao Tribunal de Contas competente em caráter definitivo.
- (D) o parecer prévio dos tribunais de contas é meramente opinativo, não prevalecendo em caso de voto contrário da maioria simples dos vereadores.
- (E) o parecer prévio dos tribunais de contas sobre as chamadas contas de governo é meramente opinativo, não sendo apto a produzir inelegibilidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39. Celso propôs ação de obrigação de fazer contra operadora de plano de saúde para custear seu tratamento médico. A ação foi julgada procedente em 1º grau e confirmada em 2º grau. A operadora de plano de saúde, buscando ganhar tempo, interpõe embargos de declaração repetindo teses rejeitadas apenas para atrasar o cumprimento da sentença.

Diante da situação hipotética, considerando o disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que Celso poderá se valer de tutela

- (A) da evidência, sendo desnecessário demonstrar perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- (B) provisória, requerida em caráter incidental, mediante o pagamento das custas, caso não reste demonstrada a sua hipossuficiência.
- (C) de urgência, sendo necessária a caução real ou fidejussória idônea para ressarcir eventuais danos da operadora de plano de saúde.
- (D) cautelar, requerida em caráter incidental, sendo a operadora de plano de saúde citada para contestar o pedido e indicar provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias.
- (E) antecipada, requerida em caráter incidental, que, se for julgada procedente, fará coisa julgada.

40. Miriam, advogando em causa própria, propõe ação de indenização por danos materiais contra Marcelo, que colidiu com o seu carro. Na petição inicial, ela indicou o juízo, os dados pessoais de Marcelo, fato e fundamento jurídico do pedido, o pedido com suas especificações, o valor da causa e as provas que pretende produzir. No entanto, Miriam esqueceu-se de declarar na petição inicial o seu número de inscrição na OAB e o nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimações.

Diante da situação hipotética, considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A petição inicial será indeferida de plano.
- (B) Miriam terá o prazo de 5 (cinco) dias para suprir a omissão das informações, sob pena de indeferimento da petição.
- (C) O juiz proferirá um despacho genérico requerendo que Miriam emende a inicial no prazo de 15 (quinze) dias.
- (D) A petição inicial será considerada inepta, podendo Miriam interpor apelação, sendo facultado ao juiz se retratar no prazo de 15 (quinze) dias.
- (E) Caso Miriam não supra a omissão no prazo legal, o juiz indeferirá a petição inicial, sendo cabível agravo de instrumento contra essa decisão.

41. Natanael foi induzido por Ricardo a assinar um contrato de compra e venda de imóvel, após ser convencido de que se tratava apenas de autorização para avaliação da sua própria casa. Verificado o vício no contrato, Natanael propõe ação contra Ricardo, que, citado, oferece contestação e apresenta como testemunha seu primo, Roberto, de 15 anos de idade, sendo o depoimento deste necessário.

Diante da situação hipotética, considerando o disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que Roberto

- (A) deverá prestar depoimento mediante compromisso e o juiz lhe atribuirá o valor que possa merecer.
- (B) deverá, em regra, por ser incapaz, ser ouvido em seu domicílio, se este for divergente da sede do juízo.
- (C) poderá prestar depoimento mediante compromisso e na presença de um representante legal.
- (D) deverá depor ainda que sobre fato que acarrete dano ao seu primo, Ricardo.
- (E) não poderá depor, uma vez que não se admite prova testemunhal para os casos de vícios de consentimento nos contratos em geral.

42. Cláudia ajuíza ação de alimentos em favor de seu filho, João, de cinco anos, pleiteando pensão de 05 (cinco) salários mínimos mensais. Na sentença, o juiz julga parcialmente procedente o pedido, fixando os alimentos definitivos em 03 (três) salários mínimos, mas deixa para fase de liquidação a definição sobre as despesas extraordinárias de saúde e educação, por dependerem de comprovação futura.

Diante da situação hipotética, considerando o disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que a sentença

- (A) não faz coisa julgada, uma vez que se trata de relação jurídica de trato continuado.
- (B) faz coisa julgada entre as partes, podendo, eventualmente, prejudicar terceiros.
- (C) não faz coisa julgada, uma vez que a decisão do juiz julgou apenas parcialmente o mérito.
- (D) faz coisa julgada, incluindo-se como coisa julgada a verdade dos fatos, desde que estabelecida como fundamento da sentença.
- (E) faz coisa julgada, podendo a questão ser novamente decidida caso sobrevenha modificação no estado de fato ou de direito.

43. Contra decisão proferida pelo relator, caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Na petição de agravo interno, o recorrente deverá impugnar, ainda que de forma genérica, todos fundamentos da decisão agravada.
- (B) O agravo será dirigido ao relator, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para se retratar.
- (C) É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.
- (D) Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre cinco e dez por cento do valor atualizado da causa.
- (E) Eventual multa para o caso de improcedência unânime será paga ao final do processo.

44. No âmbito da relação de emprego, nos termos da CLT, assinale a alternativa correta a respeito do regime de compensação de jornada.

- (A) Todo acordo de compensação de jornada, na modalidade banco de horas, que ultrapasse o limite máximo de 08 (oito) horas diárias é nulo.
- (B) O regime de compensação de jornada pode ser ajustado mediante acordo individual, tácito ou escrito, desde que a compensação ocorra no mesmo mês.
- (C) O banco de horas previsto na CLT poderá ser pactuado por acordo individual, tácito ou escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de 06 (seis) meses.
- (D) A habitualidade na prestação de horas extras semanais descaracteriza o acordo de compensação de jornada, devendo essas horas ser pagas como extraordinárias.
- (E) O regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual tácito é lícito.

45. De acordo com a CLT e a jurisprudência consolidada do TST, assinale a alternativa correta a respeito do contrato de trabalho.

- (A) Durante a suspensão do contrato de trabalho, o empregado continua recebendo seu salário e consectários legais, mas o tempo não é computado para fins de férias e de 13º salário.
- (B) Nos casos de interrupção do contrato de trabalho, há a cessação da prestação de serviços pelo empregado, bem como de sua remuneração, computando-se, no entanto, a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- (C) A alteração contratual só é lícita se resultar de mútuo consentimento e não causar prejuízo, direto ou indireto, ao empregado.
- (D) O afastamento do empregado por motivo de acidente de trabalho é causa de suspensão do contrato de trabalho, ficando suspensa a contagem de tempo de serviço para todos os fins.
- (E) A aposentadoria provisória do empregado por incapacidade permanente é caso de interrupção do contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

46. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência consolidada do TST, a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações
- (A) relativas à indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho, salvo quando propostas por sucessores de empregado falecido.
 - (B) entre empregados e empregadores regidos pela CLT, não abrangendo as relações que envolvam trabalhadores avulsos, servidores públicos e profissionais liberais.
 - (C) oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público da Administração Pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, qualquer que seja o regime jurídico aplicável.
 - (D) de mandado de injunção quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
 - (E) de execução das contribuições previdenciárias devidas pelas partes da relação de emprego, não se limitando às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores objeto de acordo homologado que integrem o salário de contribuição.
47. Sobre os recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa correta nos termos do disposto na CLT e na jurisprudência consolidada do TST.
- (A) Para a comprovação da divergência jurisprudencial justificadora do recurso de revista, basta a simples indicação de aresto extraído de repositório oficial na internet que aponte o sítio de onde foi extraído, sendo desnecessário transcrever o trecho divergente.
 - (B) Cabe agravo de petição, no prazo de 08 (oito) dias, dos despachos que denegarem a interposição de recursos.
 - (C) Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, ainda que para impugnar o conhecimento de agravo de instrumento.
 - (D) O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho abrange a análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, bem como o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
 - (E) Das decisões terminativas dos Tribunais Regionais do Trabalho, em processos de sua competência originária, cabe recurso ordinário para a instância superior, no prazo de 08 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.
48. A respeito da posse e da detenção, assinale a alternativa correta.
- (A) Posse e detenção são institutos jurídicos diferentes, mas têm uma característica em comum: a ambos se reconhece a possibilidade de adquirir a propriedade da coisa por meio da usucapião.
 - (B) Apesar de o detentor não ter direito aos interditos possessórios, ele pode utilizar o desforço imediato em nome do possuidor.
 - (C) Não é possível a conversão da detenção em posse, ainda que rompida a subordinação, em face da inalterabilidade da natureza jurídica do instituto.
 - (D) A posse não se constitui como direito autônomo em relação à propriedade, de forma que o possuidor não tem direito a conservá-la contra a vontade do proprietário do bem.
 - (E) Predomina na doutrina que a teoria formulada por Savigny foi acolhida pelo ordenamento jurídico pátrio.
49. Suponha que a Seguradora ABC violou os deveres anexos encartados em contrato de seguro de vida firmado com João, ocasionando danos materiais e morais a ele. Como se sentiu lesado pela conduta da seguradora, João contratou um advogado para ajuizar uma ação de responsabilidade civil, requerendo o restabelecimento da apólice indevidamente extinta, danos morais pela negativa de renovação e, por fim, ressarcimento de prêmios pagos em valor maior do que o devido, usando como argumento cláusula supostamente abusiva.
- Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:
- (A) em face da natureza do inadimplemento contratual, incide o prazo prescricional de 10 (dez) anos previsto no art. 205 do Código Civil.
 - (B) a violação de deveres anexos ou fiduciários, ainda que encartados em contrato, não dão ensejo à responsabilidade civil contratual, mas sim à extracontratual.
 - (C) considerando os argumentados apresentados por João, aplica-se o prazo prescricional quinquenal.
 - (D) como a demanda está circunscrita ao âmbito da responsabilidade civil, incide o prazo prescricional trienal.
 - (E) diante da existência de regra específica a respeito do exercício das pretensões do segurado em face do segurador advindas da relação jurídica contratual securitária, aplica-se a prescrição anual.

50. A respeito do Direito das Obrigações, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Código Civil.

- (A) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou expressamente no negócio jurídico.
- (B) Em sede de obrigações alternativas, se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, a obrigação será extinta.
- (C) A solidariedade não se presume e, diante da sua natureza jurídica, é considerada sob o plano da unicidade, de forma que deve ser pura para todos os cocredores ou codevedores.
- (D) Em face do princípio da proteção da confiança, salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- (E) A restituição voluntária do objeto empenhado prova a renúncia do credor à garantia real e a extinção da dívida.

